

---

## O APORTE DA RETÓRICA CRÍTICA DE RAYMIE MCKERROW PARA OS ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO<sup>1</sup>

**Isabel Cristina Michelan de AZEVEDO<sup>2</sup>**

Doutora em Letras Clássicas e Vernáculas (USP)  
Docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

**RESUMO:** Este artigo apresenta as características de um campo de investigação estadunidense reconhecido como Retórica Crítica, seus princípios organizadores e a aplicação dessa perspectiva de trabalho acadêmico no âmbito político e social. Em função da brevidade deste texto, optou-se por explorar apenas o trabalho de Raymie McKerrow, por ser reconhecido como um dos fundadores desse campo de estudos e pesquisas. Para tanto, por meio de uma metodologia bibliográfica e uma leitura reflexiva, o trabalho foi organizado em três partes: 1<sup>a</sup>) faz-se uma revisão das ideias de alguns autores que forneceram bases para a constituição da Retórica Crítica; 2<sup>a</sup>) apresentam-se os princípios constitutivos desse novo campo de estudos; 3<sup>a</sup>) discorre-se acerca dos princípios que constituem uma democracia retórica, a fim de proporcionar uma reflexão relativa a como se pode concretizar práticas sociais dentro dessa perspectiva crítica. Observa-se, por fim, que essa abordagem retórica tem sido ampliada por pesquisadores que trabalham mundo afora e, também, tem recebido críticas em diferentes pontos, o que a torna ainda mais produtiva.

**Palavras-chave:** Estudos retóricos; Criticismo. Retórica Crítica.

### Introdução

Há mais de dois mil anos discute-se as relações entre argumentação e retórica. Embora estejam em circulação no meio acadêmico variadas perspectivas relativas a ambos os conceitos, adota-se aqui, seguindo uma tradição aristotélica, que a retórica trata do viés persuasivo da argumentação. Nesse sentido, a retórica interessa entender as relações estabelecidas entre o discurso de um orador e sua audiência (auditório) em contextos particulares. Apesar de longo, os estudos retóricos são atualizados continuamente, e uma das mais recentes propostas foi formulada por pesquisadores estadunidenses no final da década de 1980: a Retórica Crítica.

Esse é um campo de pesquisa e atuação múltiplo, não unificado, cujos primeiros estudos foram produzidos na segunda metade do século XX. Nessa brevíssima apresentação, alinhada ao trabalho de Raymie E. Mckerrow, selecionado por ser o responsável por anunciar em 1989 esse campo de estudos<sup>3</sup>, quatro pontos se destacam.

---

<sup>1</sup> Este trabalho decorre dos estudos supervisionados por María Alejandra Vitale, durante o pós-doutorado realizado no período de 2018 a 2019, na Universidad de Buenos Aires.

<sup>2</sup> Atualmente, é professora adjunta na Universidade Federal de Sergipe, orienta projetos de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Letras e no Mestrado Profissional em Letras, lidera o Grupo de Pesquisas em Argumentação e Retórica Aplicadas (GPARA) e é colider do grupo de pesquisas Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso (ELAD). Endereço eletrônico: icmazevedo2@gmail.com

<sup>3</sup> Segundo Jasinski (2001), a Retórica Crítica se distingue do Criticismo Retórico. Enquanto a primeira diz respeito ao trabalho introduzido por McKerrow, em 1989, a segunda é utilizada para fazer referência a um amplo

---

Primeiramente, embora seja possível incluir esse novo campo na tradição de estudos retóricos (McKERROW, 2010) – se considerarmos principalmente os esforços em resgatar o papel da Retórica nos estudos filosóficos frente às objeções acumuladas desde a crítica de Platão<sup>4</sup> –, há que se reconhecer a multiplicidade de perspectivas retóricas existentes na história do pensamento ocidental e a necessidade de ampliação de seu escopo (EHNENGER, 1972 apud McKERROW, 2010), uma vez que o exercício crítico no âmbito da retórica pretende integrar às suas reflexões o contexto histórico no qual a produção teórica se insere e discutir as dimensões de dominação e da liberdade implicadas nas práticas sociais (McKERROW, 1989).

Nota-se que a palavra “crítica” é utilizada em, pelo menos, dois sentidos: (i) como um meio para organizar uma oposição contemporânea às visões que compreendem a herança retórica como uma concepção abrangente capaz de organizar um modo de pensar desde a antiguidade grega até os nossos dias, identificada como a “teoria retórica” (EHNENGER, 1975, McGEE, 1982); (ii) como uma diferente forma de ver a realidade que instiga a considerar os fatores materiais (McGEE, 1982, 1990) e psicológicos que afetam o agir no mundo (BURKE, 1941), uma vez que o uso da linguagem visa a produzir reações no ouvinte ou leitor, por isso “[...] a literatura eficaz não poderia ser outra coisa senão retórica [...]”<sup>5</sup> (BURKE, 1953 [1931], p. 210, tradução nossa). Essa perspectiva na área dos estudos literários fez com que Burke inaugurasse uma nova visão da Retórica, segundo Hochmuth (1952).

Pretendia-se com isso recuperar a noção de história, que tem por base a produção material da vida imediata, a fim de “[...] explicar por ela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas de consciência, religião, filosofia, moral etc. [...] [e] a formação das idéias segundo a prática material [...]” (MARX; ENGELS, 2001 [1998], p. 35-36). Apesar de haver convergência com essa ideia, há um modo próprio de apropriação das ideias de Marx por parte de McGEE, Mckerrow e outros representantes da Retórica Crítica, o que tem sido censurado por outros autores, como Greene (1998).

Em terceiro lugar, observa-se que a Retórica Crítica não é apenas um campo de estudo, mas, sobretudo, uma oportunidade para os pesquisadores se comprometerem com causas que

---

movimento filosófico. No início do século XX, estudiosos da Retórica defenderam que essa área é marcada pela atividade crítica, por procedimentos e métodos favoráveis à prática da crítica, devido às funções e aos objetivos próprios desse tipo de atividade de pensamento. Assim, o termo “criticismo”, nos estudos retóricos contemporâneos, merece especial atenção e, na obra de Jasinski, foi desenvolvido em cinco frentes: definições, classificações, análises, interpretações e avaliações do criticismo.

<sup>4</sup> Tradicionalmente, considera-se que, em *Górgias*, Platão tenha buscado estabelecer uma demarcação dos limites entre as atividades da filosofia e da retórica, favorecendo a primeira “[...] em relação à sua opositora obviamente inferior [...]” (McCOY, 2010, p. 95).

<sup>5</sup> No original: “[...] effective literature could be nothing else but rhetoric [...]” (BURKE, 1953 [1931], p. 210).

tenham a diversidade de situações como base de ação. Por entender “[...] o mundo sensível como a soma da atividade viva e física dos indivíduos que o compõem” (MARX, ENGELS, 2001 [1998], p. 46), dada a variedade de contingências decorrentes dos processos sociais, não há condições para que seja delimitado um campo único de orientação teórica e metodológica (McKERROW; St. JOHN, 2006), mas um espaço para a concretização de esforços que visam à emancipação dos sujeitos, especialmente das minorias (McKERROW, 2012), recuperando diferentemente o caráter prático da retórica desde sua origem no ocidente.

Vê-se, assim, um último aspecto distintivo: o caráter pragmático da retórica grega (cf. CLARK, 1996) foi alinhado ao pragmatismo filosófico norte-americano na constituição da Retórica Crítica, em função das influências dos intelectuais de uma determinada época. Segundo Bernstein (2010), após a Guerra Civil, nas últimas décadas do século XIX, as universidades dedicadas à pesquisa acadêmica começaram a ser criadas e grupos informais de discussão foram criados em diferentes partes do país para estudar filosofia e entender a organização das coisas no mundo.

Isso significa que o pragmatismo nessa região do mundo, impulsionado pelo número significativo de alemães instruídos que trouxeram o conhecimento da filosofia alemã, especialmente de Kant e Hegel, para os Estados Unidos, consolidou as reflexões filosóficas que serviriam de base para os trabalhos de inúmeros professores e pesquisadores. Inicialmente, o termo era utilizado de maneira restrita, apenas se referia às reflexões de Charles S. Peirce (1839-1914) e William James (1842-1910). Contudo, gradualmente, generalizou-se e tornou-se um conveniente termo para situar um grupo bem diverso de pensadores e de posições acadêmicas. John Dewey (1859-1952), em particular, exerceu uma poderosa influência sobre muitos progressistas americanos e, embora recebesse críticas de seus contemporâneos, seu pragmatismo, experimentalismo e naturalismo influenciaram trabalhos mundo afora. É justamente no período em que esse movimento começa a perder força, que Burke (1953 [1931]) começa a publicar seus primeiros textos, e o interesse pelos usos sociais da linguagem começa a ser fortemente influenciado pelos filósofos ligados ao *Linguistic Turn*<sup>6</sup> e ao Marxismo.

---

<sup>6</sup> Segundo Hacker (2013), o termo *Linguistic Turn* foi introduzido por Gustav Bergmann, em obra circunscrita às reflexões em torno do conceito de ontologia, depois passou a designar uma parte do trabalho de Wittgenstein, até ampliar sua abrangência para se referir a uma fase de desenvolvimento da filosofia ocidental ocorrida em meados do século XX. Trata-se de uma expressão que reúne, inicialmente, as ideias dos filósofos da linguagem preocupados com questões metodológicas, pois houve o esforço de analisar a linguagem cotidiana de um ponto de vista filosófico, de distinguir as declarações linguísticas das metalinguísticas e de entender as relações que impactam os usos da linguagem em sociedade.

---

Nessa linha reflexiva, não se concebe o conhecimento como absoluto nem único, pelo contrário, Ehninger (1992 [1968]) propõe pensar em sistemas retóricos diferenciados, que indicam tipos de hierarquias. Os sistemas são definidos conforme sua organização, consistência e coerência em tratar de discursos práticos (orais ou escritos), em qualquer forma ou modo de concretização, que visa a informar, avaliar ou persuadir. Nesse sentido, sempre que houver um conjunto de materiais, organizado individual ou coletivamente, em um certo espaço social ou período histórico, tem-se um sistema.

No ocidente, segundo Ehninger (1992 [1968]), em três diferentes períodos históricos observam-se características essenciais e suficientemente amplas para compor sistemas retóricos, nos quais há usos práticos específicos: o período clássico grego, que surgiu de um duplo problema ou necessidade (o desenvolvimento de instituições democráticas na Sicília e na Grécia e o ensino de atos discursivos próprios para a defesa de negócios em sociedade) e no qual se desenvolveu uma arte de persuasão oral de orientação pragmática; o final do século XVIII na Inglaterra, local em que se formulou a retórica britânica como uma arte psicologicamente orientada para adaptar os meios e os propósitos, e o início da década de 1930 até os dias atuais nos Estados Unidos, centro aglutinador de uma retórica da atualidade, socialmente orientada, que visa a promover relações humanas saudáveis e produtivas.

Embora nessa concepção seja reconhecida a existência de uma pluralidade de modos de ver o mundo e haja uma expansão da reflexão acerca da constituição dos sistemas retóricos, observa-se que as ideias hegemônicas possuem prevalência, o que na perspectiva da Retórica Crítica irá exigir do pesquisador um estudo criterioso da realidade social e as relações de poder, a articulação de perspectivas, pontos de vista e valores sociais, para que seja possível argumentar e agir em prol da diminuição das desigualdades sociais.

Assim, ao considerar o conjunto desses apontamentos, optou-se por organizar este trabalho da seguinte maneira: após elaborar um breve histórico relativo à consolidação da Retórica Crítica, por meio das sínteses construídas por McKerrow, principalmente em 2010 e em 2015, serão apresentadas as principais características distintivas desse campo de estudos, a fim de discutir se há possibilidades para a concretização de uma democracia crítica.

### **Constituição da Retórica Crítica**

Em duas oportunidades diferentes, McKerrow (2010, 2015) realizou uma revisão das pesquisas realizadas na perspectiva da Retórica Crítica. No primeiro trabalho, *Research in Rhetoric: A Glance at our Recent Past, Present, and Potential Future*, são destacadas as ideias

---

reconhecidas como basilares da Retórica Crítica. Inicialmente, são destacados dois autores que estimularam a ampliação dos estudos retóricos. Black que, em 1965, propôs ir além das interpretações “autorizadas” pela tradição retórica da obra de Aristóteles, como recomendava o criticismo neorristotélico daquela época, incentivando, assim, a diversidade de pontos e vista em cada contexto histórico e a reanálise das concepções secularmente difundidas<sup>7</sup>.

As reflexões de Black sobre a “mutabilidade da retórica” ampliaram o entendimento acerca das maneiras pelas quais as convenções estabelecidas retoricamente sustentam a formação de ideologias; e ele ainda demonstrou o que um crítico retórico perspicaz pode fazer para compreender discursos retóricos. Ao avaliar os discursos produzidos em sociedade, buscou identificar o que está implícito, isto é, a ideologia que sustenta as representações sociais, indicando como poderia ser feita uma crítica historicamente orientada (MORRIS III).

Três anos depois, ao organizar um estudo sobre a situação retórica, Bitzer (1968) situa a retórica como um tipo de ação que pode interferir na realidade, visto que as circunstâncias sociais são o ponto de partida para a elaboração dos discursos retóricos. A situação, então, se concretiza na interseção entre o contexto e o significado, e a situação retórica está direcionada a gerar mudanças em função de necessidades tangíveis. Nesse sentido, o público é um elemento central na proposição de Bitzer, e uma situação retórica pode ser identificada com base nas exigências sociais (nos contextos históricos e culturais), nas restrições existentes e na audiência.

Em síntese, a “[...] situação retórica envolve a natureza e a disposição da audiência, a exigência que impele o escritor a entrar na situação, a meta ou o propósito do escritor, o que já foi dito sobre o assunto e o estado geral do mundo fora do contexto mais específico da questão em questão [...]”<sup>8</sup> (HAUSER *et. al.*, 2006, p. 73, tradução nossa). Diante disso, Bitzer explica

---

<sup>7</sup> A título de ilustração, apresenta-se aqui um trecho que indica o tipo de discussão encontrada na obra de Black (1965, p. 124, tradução nossa): “Vemos quão extensivamente a concepção judicativa de audiências influenciou a retórica aristotélica e, por meio dela, as críticas neorristotélicas quando observamos que a tipologia tripartida da própria retórica aristotélica é um produto dessa percepção. Os tipos deliberativo, jurídico e epidítico baseiam-se em três objetos diferentes de julgamento ou, talvez mais precisamente, em espécies de julgamento que as audiências devem apresentar. Se pudermos encontrar uma audiência cuja resposta a um discurso retórico não seja a realização de um julgamento sobre coisas passadas, presentes ou futuras, mas cuja resposta possa ser descrita apenas como um maior ou menor grau de comprometimento com uma convicção, então teremos ido além da tipologia aristotélica [...]”.

No original: “We see how extensively the judicatory conception of audiences has influenced Aristotelian rhetoric and, through it, neo-Aristotelian criticism when we note that the tripartite typology of Aristotelian rhetoric itself is a product of this perception. The deliberative, forensic, and epideictic types are founded on three different objects of judgment or, perhaps more accurately, species of judgment that audiences are supposed to render. If we can find an audience whose response to a rhetorical discourse will not be the rendering of a judgment concerning things past, present, or future, but rather whose response can be described only as a greater or lesser degree of commitment to a conviction, then we will have gone beyond the Aristotelian typology [...]”.

<sup>8</sup> No original: The [...] the rhetorical situation entails the nature and disposition of the audience, the exigence that impels the writer to enter the situation, the writer's goal or purpose, whatever else has already been said on the

que uma audiência retórica, que pode mediar a produção discursiva, é diferente de outros tipos de audiência (uma audiência científica ou um público interessado em poesia, por exemplo).

Diante de tais ideias, McKerrow (2010) declara haver um eterno débito da Retórica Crítica em relação a Bitzer, pois ele forneceu os elementos fundamentais para o desenvolvimento de um campo diferenciado de pesquisas em retórica.

Esse novo campo, como explica McKerrow (1989), opõe-se radicalmente à tradição idealista da retórica ocidental, que privilegiou o senso universal da razão, subjugando uma apreciação do contexto e da contingência (HAUSER *et. al.*, 2006), para insistir na existência de forças que podem se tornar o centro de interesse na formação de uma realidade discursivamente construída. Trata-se, assim, de uma ação retórica que discute os métodos tradicionais de análise a fim de explicitar a intenção do orador frente à audiência, as estratégias textuais e discursivas utilizadas em textos orais e escritos e os elementos constitutivos das situações retóricas, que estão alinhados ao contexto histórico e cultural.

O campo da Retórica Crítica, desse modo, acompanha os esforços do criticismo retórico, mas se constitui como um esforço delimitado por princípios específicos (ver o detalhamento que será apresentado na parte 2 deste artigo). Para chegar a um quadro completo da Retórica Crítica, vários autores ofereceram contribuições, como se vê no quadro a seguir.

**Quadro 1 – Estudos referenciais para a Retórica Crítica**

<b>Autor/ano</b>	<b>Ideias centrais</b>
Kenneth Burke (1941 e 1950)	Estudou o uso de símbolos humanos e sua relação com as pessoas e grupos sociais. Por entender que o uso de palavras por agentes humanos forma atitudes e induz à ação em outros desses agentes, desenvolveu uma retórica que tem nos motivos (tomados em toda sua diversidade), não nas razões, as justificativas para o dizer.
Robert L. Scott (1967)	Propôs diferenciar o conhecimento de certeza, investigou a confiabilidade dos dispositivos persuasivos e cunhou a concepção de que a retórica é epistêmica, revista por Scott (1976), ao constatar que a incerteza não pode ser evitada e que a retórica pode constituir qualquer ato de conhecimento – posição mais sensível que permite ao homem assumir as responsabilidades geradas pela convivência com os outros.
James Crosswhite (1969)	Revisou o conceito de auditório universal de Perelman, reunindo autores que o questionaram por considerá-lo formal e abstrato. Ao fazer isso, apontou a ausência de menção aos dilemas concretos e esclareceu que o universal se refere sempre a um particular, pois todo público tem algum grau de especificidade cultural.
Herbert Simons (1970)	Mudou a análise discursiva dos movimentos sociais por ir além da deliberação fundamentada na proposta de Aristóteles, o que permitiu iniciar pesquisas acadêmicas para teorizar e criticar esses movimentos em perspectivas variadas.
Bitzer & Black (1971)	Propõem haver um esforço acadêmico para expandir o escopo da crítica retórica com a inclusão de assuntos que tradicionalmente não se enquadram no âmbito do crítico, como o não discursivo, o não verbal, o evento etc., para haver um trabalho com o discurso persuasivo de outras expressões públicas, como a música, os filmes etc.

subject, and the general state of the world outside the more specific context of the issue at hand [...]” (HAUSER *et. al.*, 2006, p. 73).

Wander & Jenkins (1972)	Partiram da noção de ato crítico, constituído por três aspectos (seleção, resposta e comunicação), para avaliar como o jogo de valores se organiza nos modos de vida em sociedade. Para tanto, propuseram ao analista buscar desdobrar os significados de um discurso verbal, interpretando retórica e vivencialmente as dimensões simbólicas.
-------------------------	--

continua

Donald C. Bryant (1973)	Ampliou os objetos de estudos tratados pela retórica (incluiu o visual) para revelar as conexões determinadas pelas interpretações e as intenções subjacentes às ideologias políticas, que servem para representar uma posição, argumentar um ponto de vista ou estabelecer uma razão, crença ou ação.
Karlyn K. Campbell (1973)	Elaborou uma versão contemporânea da teoria dos gêneros em estudos retóricos, com particular atenção para a inclusão das mulheres em comunicação, teoria e crítica retóricas e atualizou os significados do conceito de agência.
Michael C. McGee (1975)	É um dos precursores da Retórica Crítica, juntamente com Raymie McKerrow, que começou a ser constituída a partir da década de 1970, para questionar o poder do discurso retórico clássico na análise das situações sociais.
Douglas Ehninger (1975)	Reagiu contra a noção de uma concepção única e abrangente de retórica e passou a referir-se a ela no plural para tentar caracterizar as variadas vertentes de estudo no ocidente. Assim, pretendeu organizar um tipo de estrutura que pudesse facilitar a comunicação intercultural e propôs a concepção da retórica como diálogo.
Thomas Farrell (1976)	Diferenciou o conhecimento técnico do conhecimento social, para esclarecer que tipo de "conhecimento" é pertinente e funcional à arte prática da retórica. Assim, pode analisar as implicações normativas para a teoria e prática da retórica e revitalizar a concepção de conhecimento social.
Phillip Wander (1983)	Interessou-se por analisar a audiência dos textos, com especial atenção para aquelas que estariam alienadas, negadas ou impedidas pela linguagem. Isso porque os grupos historicamente excluídos do discurso tendem a ser tratados como não sujeitos na vida política e discriminados por raça, religião, sexo, preferência sexual etc.
Walter R. Fisher (1984)	Propôs uma teoria da comunicação humana fundada na concepção do sujeito como <i>homo narrans</i> , para contrastar a perspectiva racional com a simbólica e interacional. Com isso, tentou articular os temas argumentativos e persuasivos ao literários estéticos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Mckerrow (2010, 2015) e dos autores referenciados no quadro.

Com base nos trabalhos incluídos no quadro 1, a Retórica Crítica iniciou um projeto investigativo que considera: (i) os sujeitos como agentes sociais que usam a linguagem para agir no mundo, como Burke discutiu em vários de seus textos; (ii) a incerteza no ato de conhecimento, bem como nos momentos de convivência entre os homens (SCOTT, 1976); (iii) os apontamentos relativos ao auditório universal perelmaniano, reunidos por Crosswhite, que possibilitam construir uma oposição a esse conceito, uma vez que não se admite que os padrões de racionalidade de uma cultura sejam automaticamente transferíveis para outras; (iv) as articulações possíveis entre os estudos retóricos e as teorizações voltadas aos movimentos sociais (SIMONS, 1970); (v) a variabilidade de expressões discursivas, não discursivas, verbais e não verbais que podem ser objeto de investigação pela retórica; (vi) as propriedades de um ato crítico que visa a interpretar os jogos de valores sociais.

Ainda é possível observar no quadro 1 que os autores selecionados por McKerrow, em 2010 e 2015, orientaram os inúmeros trabalhos ligados a esse projeto a reconhecer a diversidade de objetos que podem ser analisados com base nos princípios da Retórica Crítica, como os objetos não verbais e visuais, uma vez que todos se alinham às ideologias em circulação na sociedade; a perceber que os elementos culturais estão associados aos epistêmicos; a privilegiar os grupos sociais discriminados socialmente, como mulheres, negros, homossexuais etc.

McKerrow (2010) dedicou especial atenção à Nova Retórica, quando se quis confrontar as tradições retóricas. Inicialmente, reconheceu o empenho em recuperar o valor da retórica no pensamento ocidental, como consta na conclusão do *Tratado da Argumentação* (PERLEMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958]), que tem como maior interesse responder às necessidades contemporâneas:

À adesão a certos usos linguísticos é normalmente a expressão de tomadas de posição, explícitas ou implícitas, que não são nem o reflexo de uma realidade objetiva nem a manifestação de uma arbitrariedade individual. A linguagem faz parte das tradições de uma comunidade e, como elas, só se modifica de um modo revolucionário em caso de inadaptação radical a uma nova situação; senão sua transformação é lenta e insensível. Mas um acordo sobre o uso dos termos, assim como aquele concernente à concepção do real e à visão do mundo, ainda que seja indiscutido, não indiscutível: está ligado a uma situação social e histórica, a qual condiciona fundamentalmente qualquer distinção que se quisesse estabelecer entre juízos de realidade e juízos de valor (PERLEMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 581).

Nesse excerto, a linguagem é tomada como um meio para os homens se posicionarem perante o outro no mundo. Sua manifestação é, desse modo, uma atividade em que os valores e as referências culturais pré-existentes refletem as determinadas condições históricas e sociais. Apesar de ser explícito o reconhecimento do pluralismo e da historicismo por parte dos autores, McKerrow (2010) percebe que o conceito de justiça, que fundamenta o raciocínio argumentativo, e a noção de auditório universal não atendem à audiência norte-americana nem à agenda de preocupações definida no final do século XX. As críticas dedicadas ao conceito de auditório universal partem do princípio de que toda ação retórica está vinculada às ideologias vigentes em um certo momento histórico. Além disso, as relações de poder (FOUCAULT, 2013 [1982]) impactam todas as relações humanas, afetando diferentemente os sujeitos em sociedade, o que torna inaceitável a universalidade como o padrão de racionalidade.

O afastamento de McKerrow desse tipo de posição favoreceu ainda mais seu alinhamento à perspectiva materialista, desenvolvida por McGee desde 1975, quando confrontou a retórica com a realidade bruta. Diante do poder das palavras na orientação das visões de mundo, o analista deve buscar entender como os sistemas se interpenetram e apontar

---

quais estruturas têm a capacidade de controlar e influenciar o agir dos indivíduos. Essa maneira de ler as situações sociais impulsionou o desenvolvimento de uma crítica ideológica que foi largamente difundida, principalmente por ser a primeira vez em que se explorou as possibilidades de uma retórica materialista (McGEE, 1982).

Ao alinhar a retórica materialista ao pensamento marxista, McGee (1982) afirma que a prática precede a consciência. Assim, seu projeto de pesquisa voltou-se para a descrição e a explicação da persuasão como um fenômeno social diário, constituindo-se como um meio para libertar os estudos retóricos das tendências idealistas. Em uma retórica materialista, os discursos reais deixam de ser tratados dentro de uma “lógica da influência”, tal como impõe o modelo dominante e essencialista da retórica desde Aristóteles, e passam a ser considerados como uma forma de mediação entre o orador e a audiência e de ação social.

Para concretizar esse tipo de trabalho, McGee propõe realizar a ação retórica em três níveis diferentes de abstração: 1. identificar como as pessoas influenciam as ações de outras por meio da linguagem simbólica (experiência microretórica); 2. observar os papéis sociais assumidos pelo sujeito em diferentes situações sociais (o cristão, democrata, juiz, por exemplo), para identificar os comportamentos e as crenças subjacentes a cada uma, visto que uma *persona* é reconhecida por eles, especialmente quando se tem uma pessoa pública, pois todos agem conforme os rituais previamente estabelecidos ao tentar exercer o poder (experiência socioretórica); analisar as relações entre as instituições sociais e os papéis assumidos individualmente, visando a entender o funcionamento dos sistemas sociais e políticos (experiência macroretórica).

A visão materialista de McGee foi associada a uma análise do contexto da cultura contemporânea na década de 1990, impulsionando-o a destacar o problema da fragmentação da cultura norte-americana. Para realizar uma discussão em torno do papel da retórica na análise dos discursos em circulação nessa sociedade, propôs pensar que os textos acabados são apenas fragmentos reconstruídos de uma totalidade maior que abarca um contexto muito mais amplo, que inclui os fatos, os eventos, enfim, as circunstâncias que os engendraram. Um discurso acabado, então, reúne um conjunto finito e discreto de imperativos culturais que podem ser identificados quando se dá voz aos silêncios da *doxa* ou pelo reconhecimento das regras, dos rituais, das convenções que são imprescindíveis à compreensão de qualquer fragmento de discurso. Cabe a um retórico crítico, então, resistir às alegações explícitas e buscar inferir o poder retórico dos implícitos.

---

Em síntese, o que McGee intitulou como a “fragmentação da cultura” no século XX retoma o velho paradigma (texto – contexto – produção – interpretação), construído a partir da homogeneidade, para discutir a heterogeneidade da condição pós-moderna (MORRIS III, 2010).

O fecundo diálogo entre McGee e McKerrow permitiu constituir a Retórica Crítica, por isso a obra de McGee tornou-se um elemento chave para os estudos associados a esse campo. Consequentemente, muitos trabalhos relacionados ao discurso feminino, aos estudos culturais e à retórica visual, por exemplo, foram desenvolvidos dentro dos estudos retóricos, indicando a produtividade desse modo de pensar e analisar a realidade.

Especificamente em “*Research in Rhetoric*” *Revisited*, após lamentar não haver a inclusão da Retórica Crítica no *Sage Handbook of Rhetorical Studies*, produzido em 2008, McKerrow (2015) avançou na avaliação dos trabalhos produzidos nos cinco anos que se sucederam ao primeiro balanço de publicações nesse campo de investigação. O novo texto está organizado em três partes. O passado, uma parte em que, para evitar uma repetição do texto anterior, McKerrow recupera outros esforços revisivos, como o de Jasinski (2001) e Olson (2010), entre outros.

O presente, a parte na qual foi destacada a particular preocupação com a natureza, o escopo e o valor dos estudos retóricos, retomando de alguma maneira as conexões entre as tradicionais interpretações da retórica e as intenções subjacentes aos discursos, o que reforça a multiplicidade que pode ser vista nesse campo de estudos e a assunção de uma agência que se move em diferentes direções e que não se encaixa em padrões previamente estabelecidos.

Um autor que mereceu especial atenção nessa segunda parte foi James A. Aune, por oferecer uma crítica bem construída em torno da orientação pós-moderna de análise discursiva e retórica, visando a colaborar com a ação empenhada em melhorar a vida social, em um mundo multicultural e transnacional. Não se trata, contudo, de uma ação individual e isolada, mas de perceber que, devido à interação e à força das ideologias, os homens raramente estão livres para agir como desejam, por isso, para que possam lutar contra a opressão, precisam considerar um contexto mais largo ou em uma estrutura social mais abrangente.

Assim, a prática da retórica requer a identificação das raízes às pessoas (e os grupos sociais) estão vinculadas, para que em uma controvérsia, circunscrita em uma “situação retórica”, os pontos previsíveis sejam identificados e explorados. “As ações retóricas representam, assim, mediações entre estrutura e luta, mas elas também têm suas próprias tendências de autonegação, que envolvem simplificação, adaptação ao auditório, presença de oponentes e o diagnóstico [...] [das] teias de significação que eles mesmos fiam [...]” (AUNE, 2019, p. 205).

---

Por fim, na terceira parte, o futuro, o otimista McKerrow afirma confiar no contínuo desenvolvimento da Retórica Crítica, mesmo não havendo unidade temática entre os mais de quatrocentos ensaios publicados, em poucos anos, no *Quarterly Journal of Speech*. Destacou ainda que o crescente número de trabalhos publicados marca que há variedade de abordagens em processo de construção de conhecimentos e diferentes maneiras de se fazer análises críticas, como pode ser visto a partir do trabalho de Charles E. Morris III, por exemplo.

Além disso, os trabalhos circunscritos nesse campo têm estabelecido relações com autores de outras áreas, como Jacques Lacan, Jürgen Habermas, Michel Foucault, Jacques Derrida, Julia Kristeva, Jacques Rancière, Alain Badiou, Slavoj Žižek, só para citar alguns, o que tem gerado produtivas interlocuções, sobretudo em tempos favorecidos pela comunicação digital (WARNICK, 2002).

Em síntese, McKerrow (2009, p. 235, tradução nossa) explica que a Retórica Crítica não é um método de análise. “[...] Pelo contrário, é uma orientação para a prática crítica que não busca organizar uma abordagem específica ou um conjunto específico de termos que se usar ao iluminar um objeto de investigação [...]”<sup>9</sup>. Interessa-se por entender as relações de uma formação discursiva específica com as práticas discursivas concretas (FOUCAULT, 2004 [1969]), por isso, em seguimento ao trabalho de McGee, propõe uma abordagem inventiva na prática crítica, como se vê a seguir.

### **Retórica Crítica em revista**

O provocativo e influente ensaio de McKerrow, *Critical Rhetoric: Theory and Praxis*, publicado em 1989, é considerado o marco emblemático que formaliza o início da Retórica Crítica, segundo Jasinski (2001). Ou seja, após uma década de interlocução entre Calvin McGee e Raymie McKerrow tem início um projeto que pretende realizar tanto uma *crítica da dominação*, que tem como objetivo emancipar os sujeitos de forças opressoras, quanto uma *crítica da liberdade*, que visa a construir uma reflexividade fundada na práxis, para enfrentar as relações de poder (McKERROW, 1991). Essas duas perspectivas devem ser consideradas como *two sides of the same coin*, “dois lados da mesma moeda” (ONO; SLOOP, 1992, p. 50, tradução nossa), porque ambas estão apoiadas em um mesmo conceito de liberdade.

---

<sup>9</sup> No original: “Critical rhetoric is not a method of analysis. Rather, it is an orientation toward critical practice that does not seek to advance a specific approach or a specific set of terms that one might use in illuminating an object of inquiry [...]” (McKERROW, 2009, p. 235).

Embora tenha um propósito bem definido, McKerrow (2009a) explica que a Retórica Crítica não é um método de análise específico, mas uma orientação para a prática crítica, por isso não se organiza em função de um conjunto específico de termos reunidos para abordar um objeto de investigação. O intuito é o de colocar o retórico crítico (o agente) em um contexto maior de forças, para que possa compreender como os atos discursivos são moldados em cada contingência. Agindo assim o pesquisador estará implicado no passado, no presente e no futuro, pois será capaz de observar as mudanças que puderam/podem/poderão influenciar as relações sociais.

No texto publicado em 1989, McKerrow agrupou oito “princípios” norteadores para o crítico que esteja interessado em realizar uma prática transformadora e quer remodelar e redirecionar o trabalho acadêmico. Isso porque, na visão desse autor, uma crítica só pode ser considerada completa quando dá atenção ao outro e aos efeitos do poder no mundo social, como pode ser confirmado no quadro a seguir.

Nenhuma crítica, embora possa ser realizada sozinha, é “completa” sem que se dê atenção ao outro. Como o poder é repressivo, exige análises contínuas; contudo também é potencialmente produtivo, e seus efeitos podem ser difundidos em todo o mundo social, o que também deve ser objeto de reflexão. Embora uma prática crítica não precise se concentrar em ambas, a análise geral do impacto do discurso do poder exige, no mínimo, atenção a cada uma dessas dimensões.

**Quadro 2 – Princípios que orientam a retórica como prática crítica**

	<b>EXPLICAÇÃO</b>
<i>Princípio 1</i>	<b>Prática crítica não é um método</b> – é um ato integral e ideológico de entendimento e avaliação que não está limitado por táticas ou estratégias únicas para ordenar o pensamento acerca de um evento ou texto e que está vinculado aos contextos sociais.
<i>Princípio 2</i>	<b>O discurso de poder é material</b> – uma ideologia é uma propriedade do mundo social, que existe em sentido material por meio do discurso e que mobiliza os sujeitos a agir.
<i>Princípio 3</i>	<b>A retórica constitui um conhecimento doxástico e não epistêmico</b> – a <i>doxa</i> ou opinião fundamentada rejeita um conhecimento considerado verdadeiro ou falso em si mesmo (visão objetivista), pois ele sempre dependerá das condições de uma realidade social.
<i>Princípio 4</i>	<b>Nomear é o ato simbólico central de uma retórica nominalista</b> – a nomeação não é final nem absoluta, mas um movimento interpretativo do que “é” visto como verdadeiro em um momento, assim o significado depende dos contextos históricos das práticas retóricas.
<i>Princípio 5</i>	<b>Influência não é causalidade</b> – tudo o que está acontecendo pode não ser reduzido a reivindicações causais, seguindo uma evolução linear e pré-determinada, a influência depende de cada situação e momento histórico.
<i>Princípio 6</i>	<b>A ausência é tão importante quanto a presença na compreensão e avaliação da ação simbólica</b> – para a interpretação, a ausência pode ser mais importante, mais potente, como fonte de informação do que a simples presença, pois o significado é relacional dentro de um sistema ideológico e cultural dinâmico.
<i>Princípio 7</i>	<b>Fragmentos contêm o potencial de interpretação polissêmico</b> – em perspectiva ideológica, criticar não implica que apenas uma conclusão seja possível a partir da análise

	de uma cena, pois várias perspectivas gerarão visões diferentes sobre o significado de um texto ou evento, assim é rechaçada uma visão monossêmica.
<i>Princípio</i> 8	<b>Criticismo é uma performance</b> – o retórico crítico se compromete no mundo, avançando em relação à descrição dos acontecimentos, pois sua avaliação permite a ele avançar em sua própria posição ideológica, assim o princípio da recursividade acompanha o ato crítico e incentiva uma intervenção transformadora no mundo social.

Fonte: Elaboração própria a partir de McKerrow (1989, 2009) e Vitale (2015).

Como pode ser visto no quadro 2, os princípios orientam o intelectual a realizar um trabalho radical de transformação social, cuja luta contra a repressão é realizada em um local institucional específico em consonância com sua própria existência. Ou seja, a teorização tem sentido porque é uma prática crítica, uma *performance*, direcionada a realizar uma leitura sensata dos discursos de poder em circulação em uma determinada sociedade (McKERROW, 1989).

No texto inaugural da Retórica Crítica, McKerrow (1989) reconhece haver muitas outras formas de se realizar um trabalho crítico, por isso o que foi apresentado não é uma substituição de outras abordagens retóricas, mas se pretende fornecer uma direção para aqueles que querem agir na pós-modernidade e enfrentar os discursos de poder hegemônicos. Trata-se, então, de uma prática crítica independente (princípios 1, 7 e 8), que confia na contingência (princípios 2, 5 e 6) e na *doxa* como bases do conhecimento (princípio 3) e ainda percebe o nominalismo como fundamento do significado da linguagem (princípio 4).

Os oito princípios indicam que as potencialidades inerentes a uma retórica crítica, orientadas para a compreensão do discurso em um mundo fragmentado, podem ser confirmadas em muitos trabalhos empreendidos em diferentes espaços sociais, como foi descrito anteriormente. Também é possível notar que essas potencialidades estimulam debates acadêmicos, como os propostos por Charland (1991) e Hariman (1991). Em mais de um trabalho foram identificados autores que discordaram de alguns pontos chave da Retórica Crítica (McKERROW, 1991; McKERROW e St. JOHN 2009). Além desses dois, outros nove trabalhos proporcionaram extensões para a teoria, correções de possíveis imprecisões ou lacunas e até oposições às posições apresentadas por McKerrow em 1989<sup>10</sup>. Essas discussões reforçam que esse campo de ação retórica está aberto a perspectivas variadas, tem condições para dialogar com outras visões e evolui continuamente.

Na continuidade das reflexões de McKerrow, alguns trabalhos foram dirigidos à questão do sujeito social (McKERROW, 1993; McKERROW e St JOHN, 2006), com particular atenção

<sup>10</sup> Os autores citados que debateram alguns posicionamentos da Retórica Crítica são: Robert Hariman, Maurice Charland, Kent A. Ono e John. M. Sloop, Dilip P. Gaonkar, Dana L. Cloud, John M. Murphy, Norman Clark, Jim A. Kuypers e Ronald. W. Greene (McKERROW e St. JOHN, 2009, p. 337).

---

para a práxis do intelectual acadêmico. Como já pode ser visto, a Retórica Crítica entende que o sujeito é o produto de sua ação, por isso é um agente social que realiza práticas históricas. Assim, por ser o agente central da mudança social, esse sujeito é constituído tanto pela linguagem quanto pelas práticas sociais e é marcado por sua totalidade (McKERROW, 1993).

A concepção de sujeito defendida por McKerrow é a de que ele possui um corpo objetivado de diferentes formas (FOUCAULT, 2013 [1982]). A linguagem, por exemplo, participa da objetificação do corpo por ser um meio de ação e por possibilitar empreender mudanças políticas que visam a rever as práticas sociais que restringem a liberdade de todos.

E mais, por entender que o sujeito pós-moderno é constituído por circunstâncias históricas e contingenciais, McKerrow (1993) entende que a discussão acerca de sua descentralidade do sujeito permite reconhecer que ele não é mais o centro a partir do qual os significados dos discursos são construídos. Também reafirma que o sujeito, ao agir, o faz como um ser interpelado dentro de um conjunto de práticas sociais, por isso é necessário analisar as estratégias de sujeição política.

Apesar disso, por estar empenhado em encontrar alternativas para a práxis, McKerrow concede mais “vontade” ao sujeito como agente de ação. Alega que, quando o sujeito entra em uma cena, passa a fazer parte dela e a transforma por meio das práticas sociais realizadas em um certo contexto. Como, de acordo com o princípio 8, a Retórica Crítica admite a crítica como *performance*, para fazer retórica, os retóricos precisam fazer algo, agir efetivamente na realidade, também com seu corpo, por isso se trata de uma *embodied performance*<sup>11</sup>.

O crítico social, então, não se distancia mais do objeto de investigação, pelo contrário, ele se envolve pessoalmente nas práticas sociais, tornando a presença corporal um evento que acompanha seus posicionamentos políticos. Assim, entende-se que não apenas os símbolos falados são recursos para a ação do sujeito em sociedade, também as artes (dança, teatro, esportes) podem ser meios para colaborar com a circulação das ideias. Isso significa que mente e o corpo como contribuintes iguais para os atos políticos.

Como a retórica passa a estar ligada a um mundo contingente, os textos deixam de ser considerados objetos unitários e inteiros, passam a ser entendidos como vestígios ou fragmentos, e o papel do crítico é o de rerepresentar os textos de uma coleção de episódios fragmentários. Um fragmento existe por si só, e é o crítico quem poderá propor a interseção dele com a realidade,

---

<sup>11</sup> Ao tentar traduzir o termo *embodied performance*, poderia ser proposto “ação incorporada” ou “desempenho incorporado”, mas nenhum desses termos consegue marcar a força da ideia proposta por McKerrow (1993), por isso foi mantida a expressão em inglês.

---

gerando sentidos diversos para os atores sociais, que visam a contribuir para a avaliação das relações de poder em um momento histórico específico. Mesmo sabendo que o sujeito não existe à parte dos “poderes de policiamento” (modos de sujeição), que normalizam a todos, o cidadão, como ser histórico, pode usar sua expressão para lutar por seus direitos (McGEE, 1990).

A Retórica Crítica, enfim, busca descrever para os sujeitos sociais as condições de dominação e liberdade. Não se trata, contudo, de tomar a liberdade como um termo genérico, mas como uma condição nova, obtida por meio da emancipação da dominação. Diante das várias formas de controle dos cidadãos, a *crítica da dominação* pode indicar as tensões e as possibilidades de emancipação (McKERROW, 1993), como se vê nos princípios de uma democracia retórica, na sequência deste texto.

### **Perspectiva de ação crítica: a democracia retórica**

Por tomar o sujeito descentrado como temporal, múltiplo e corporificado, McKerrow (1993) assume que o cidadão sempre produz um discurso contextualizado em um tempo e lugar particulares. Ao fazer isso, seu “eu”, que está implicado na história, mostra-se totalmente alinhado às contingências, e seu dizer se constitui como um fragmento que está no aqui e agora, mas que reflete seu passado e condiciona seu futuro.

Esse entendimento estimula pensar em como se pode constituir uma *democracia retórica*, em confronto com os trabalhos que abordam a democracia deliberativa ou analisam o discurso democrático. Isso porque, segundo McKerrow (2012), a maioria dessas formulações está dedicada a observar como, por meio do discurso persuasivo, se pode garantir o consenso entre iguais, seguindo uma visão idealista de homem e sociedade.

Para definir a democracia retórica, McKerrow parte das ideias de Hauser (2004), mas propõe avançar em relação a elas, por isso apresenta quatro princípios fundamentais subjacentes a esse tipo de democracia. O primeiro princípio declara que a saúde de uma democracia retórica está fundada na possibilidade do dissenso. Embora não seja nova, essa ideia é tomada como ponto de partida para os teóricos críticos, pois, segundo McKerrow (2002, p. 293), o consenso, privilegiado pela civilidade, pode ser educado, politicamente correto e, ao mesmo tempo, mascarar diferenças reais nas relações de poder, por isso pode servir para “perpetuar a servidão” (“*perpetuate servitude*”). Diante disso, esse princípio se alinha a uma democracia radical e pluralista, como concebeu Mouffe (2000).

O segundo princípio insiste na presença da diferença, para além dos limites da tolerância, visto que, embora a tolerância possa fomentar o diálogo e alguma mudança, não

---

garante apreço ou justiça por parte da audiência. Por exemplo: podemos tolerar alguém em posição superior no trabalho, em função da hierarquia organizacional, ser civilizado com a pessoa (para manter o emprego), mas não ter respeito autêntico por ela. Dar expressão ao conflito pode levar à dissolução de relações, não à resolução das divergências, mas isso pode ser produtivo em uma democracia retórica porque haverá o reconhecimento de vozes distintas.

O terceiro princípio explora as potencialidades humanas, inclusive os excessos. Como as diferenças sociais são um fato da vida, também o são as diferenças no conhecimento, seus usos e a maneira pela qual elas podem ser expressas. Assim, McKerrow (2012) não aceita distinguir o que é do que não é discurso retórico nem a primazia do discurso racional, reconhecendo que todo tipo de expressão verbal e não verbal nas práticas sociais dos cidadãos é passível de interpretação, pode assumir função persuasiva e servir à manipulação. Nesse sentido, fomentar manifestações variadas e abrir espaço para as vozes discordantes são condições vitais para uma democracia pluralista, tal como aconselha Mouffe (2000).

O quarto princípio questiona os critérios de validade de um “bom argumento”, isto é, discute as etapas que permitem avaliar a força de um argumento, porque os cidadãos nunca são iguais como argumentadores. As diferenças sociais, culturais, acadêmicas etc. impactam o modo como um problema afeta todos os cidadãos e como é argumentado. Os cidadãos não são, mesmo em uma democracia, “livres”, reconhecidos da mesma maneira, pois os que são menos favorecidos socialmente podem ser constrangidos por forças que estão além de seu controle. Diante disso, McKerrow (2012) apregoa ao cidadão fazer oposição ao tipo de liberdade que cria condições diferenciadas para a circulação dos discursos e enfrentar abertamente as circunstâncias que cerceiam sua liberdade por meio do conhecimento das regras do jogo social, das convenções que determinam como a influência é exercida, por exemplo, visando à construção de um sistema de interação humana em que seja possível identificar novas razões para os problemas vividos, agendas ocultas, pois sem ações criativas uma democracia pode se tornar fraca e insípida (YOUNG, 2003).

Enfim, para haver o exercício de uma democracia retórica, é preciso renunciar ao consenso, que não responde às necessidades sociais, em prol do proveitoso dissenso, e aceitar que a argumentação produzida por diferentes atores, mesmo quando são utilizadas estratégias pouco canônicas, podem auxiliar o cidadão a tentar mudar as regras do discurso, mesmo quando produzidas por quem está no poder, e a transformar as circunstâncias opressoras.

Segundo Vitale (2015, p. 27, tradução nossa), “[...] a retórica crítica provocou fortes controvérsias, em particular entre aqueles que defendiam [...] aproximações universalistas sobre

---

a razão, denominados ‘objetivistas ou modernos’ e os que as negavam, chamados “relativistas ou pos-modernos”<sup>12</sup>. Contudo, os questionamentos postos, ao invés de enfraquecer esse campo de estudo e prática, tem estimulado novos esforços acadêmicos e uma práxis comprometida.

### Considerações finais

Por reconhecer que a retórica realiza o viés persuasivo da argumentação, este artigo descreveu as características da Retórica Crítica, por ser um campo de teórico-prático em plena evolução nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, desde o final da década de 1980.

Ao partir do criticismo, em associação com o pragmatismo, foi possível definir um campo de ação retórica sustentado por quatro pontos principais: 1. o contexto histórico determina as práticas sociais que podem ser analisadas pela retórica, por isso o exercício crítico suscita discutir as estratégias de dominação, bem como os meios para se consolidar uma práxis comprometida com a sociedade; 2. a realidade social, incluindo as lutas de classe e a interpelação do sujeito pela ideologia, é o *locus* no qual o retórico crítico deve buscar apoio para seu trabalho reflexivo e prático; 3. as diferentes contingências proporcionam um campo vasto de atuação e, ao mesmo tempo, uma dificuldade para delimitar os conceitos-chave e o método de trabalho dos críticos; 4. dado o caráter pragmático da retórica, a investigação circunscrita à Retórica Crítica interessa-se por problemas concretos que afetam principalmente os que na tradição hegemônica retórica estão distantes dos meios acadêmicos.

A organização desse projeto de pesquisa em retórica teve por base as ideias de diferentes pensadores ligados ao criticismo, mas se destaca o diálogo estabelecido entre McGee e McKerrow, que possibilitou a sistematização dos oito princípios norteadores da Retórica Crítica, publicados em 1989. Desde então a diversidade temática e de objetos de estudo, bem como os trabalhos que promoveram extensões ou apontaram limitações das ideias, confirma a produtividade desse esforço coletivo, empreendido não apenas por pesquisadores estadunidenses.

Dada a brevidade deste artigo, foi possível expor apenas uma proposta de aplicação desses princípios: a análise das possibilidades de articulação de uma democracia retórica, desenvolvida por McKerrow (2012). Em síntese, observou-se que a *crítica da dominação* exige de cada cidadão a valorização do dissenso, o confronto das relações de poder vigentes em uma determinada sociedade e a exploração de meios diversificados de expressão e ação; enquanto a

---

<sup>12</sup> “[...] la retórica crítica provocó fuertes controversias, en particular entre quienes defendían esas aproximaciones universalistas sobre la razón, denominados ‘objetivistas o modernos’ y quienes las negaban, llamados “relativistas o posmodernos” (VITALE, 2015, p. 27).

---

*crítica da liberdade* requer seu engajamento em práticas sociais comprometidas com causas que nem sempre merecem a atenção de políticos, administradores, acadêmicos etc. Logo, mesmo diante dos contrastes sociais observados na contemporaneidade, são oferecidas alternativas viáveis para o crítico pensar e agir no mundo, mesmo em situações adversas.

## REFERÊNCIAS

- AUNE, James Arnt. Uma teoria histórico-materialista da retórica. Trad. De Eduardo Lopes Piris e Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 19, v. 2, p. 185-207, dez. 2019.
- BERNSTEIN, Richard J. *The Pragmatic Turn*. Cambridge, UK: Polity Press, 2010.
- BITZER, Lloyd F. The Rhetorical Situation. *Philosophy and Rhetoric*, v. 1, p. 1-14, 1968.
- BITZER, Lloyd F.; BLACK, Edwin (eds.). *The prospect of rhetoric: Report of the national developmental project*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1971.
- BLACK, Edwin. *Rhetorical Criticism. A Study in Method*. 2<sup>rd</sup>. Madison: The University of Wisconsin Press, 1978 [1965].
- BURKE, Kenneth. *The philosophy of literary form*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1941.
- \_\_\_\_\_. *Counter-statement*. 2<sup>rd</sup>. California: Hermes Publications Los Altos, 1953 [1931].
- \_\_\_\_\_. *Rhetoric of motives*. 3<sup>rd</sup>. ed. Berkeley: University of California Press, 1969 [1950].
- BRYANT, Donald Cross. *Rhetorical Dimensions in Criticism*. Baton Rouge, LA: Louisiana State University Press, 1973.
- CAMPBELL, Karlyn Kohrs. The rhetoric of women's liberation: An oxymoron. *Quarterly Journal of Speech*, v. 59, p. 74-86, 1973.
- CHARLAND, Maurice. Finding a Horizon and Telos: The Challenge to Critical Rhetoric. *Quarterly Journal of Speech*, v. 77, p. 71-74, 1991.
- CLARK, Norman. The critical servant: An Isocratean contribution to Critical Rhetoric. *Quarterly Journal of Speech*, v. 82, n. 2, p. 111-124, 1996.
- CROSSWHITE, James. Universality in rhetoric: Perelman's universal audience. *Philosophy and Rhetoric*, v. 22, p. 157-173, 1969.
- EHNINGER, Douglas. Introduction. In: EHNINGER D. (Ed.). *Contemporary rhetoric: A reader's coursebook*. Glenview, IL: Scott-Foresman, 1972. p. 1-14.
- \_\_\_\_\_. Colloquy. *Quarterly Journal of Speech*, v. 61, n. 4, p. 448-453, 1975.
- \_\_\_\_\_. On systems of rhetoric. *Philosophy and Rhetoric*, v. 25, Supplementary Issue, p. 15-28, 1992 [1968].

---

FARRELL, Thomas B. Knowledge, consensus and rhetorical theory. *Quarterly Journal of Speech*, v. 62, n. 1, p. 14, 1976.

FISHER, Walter R. Narration as a human communication paradigm: The case of public moral argument. *Communications Monographs*, v. 51, n. 1, p. 1-22, 1984.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 [1969].

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS; Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Trad. de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013 [1982]. p. 273-295.

GREENE, Ronald Walter. Another Materialist Rhetoric. *Critical Studies in Mass Communication*, v. 15, p. 21-41, 1998.

HACKER, Peter M. S. The Linguistic Turn in Analytic Philosophy. In: BEANEY, Michael (ed.). *The Oxford Handbook of The History of Analytic Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 765-779.

HARIMAN, Robert. Critical Rhetoric and Postmodern Theory. *Quarterly Journal of Speech*, v. 77, p. 67-70, 1991.

HAUSER, Gerard. Rhetorical democracy and civic engagement. In: HAUSER, Gerard; GRIM, Amy. *Rhetorical Democracy: Discursive Practices of Civic Engagement*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2004. p. 1-14.

HAUSER, Gerard A.; CHARLAND, Maurice; McKERROW, Raymie; SIMONSON, Peter; KING, Andrew A; ROACH, Thomas Jesse; GOODNIGHT, G. Thomas. Politics. In: SLOANE, Thomas O. (ed.). *Encyclopedia of Rhetoric*. Oxford: Oxford University Press, 2006. Disponível em: <http://www.oxford-rhetoric.com/entry?entry=t223.e192>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HOCHMUTH, Marie. Kenneth burke and the “new rhetoric”. *Quarterly Journal of Speech*, v. 38, n. 2, p. 133-144, 1952.

JASINSKI, James. *Sourcebook on Rhetoric: Key Concepts in Contemporary Rhetorical Studies*. California: Sage Publications, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 2. ed. Trad. de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1998].

McCOY, Marina. *Platão e a retórica de filósofos e sofistas*. Trad. de Livia Oushiro. São Paulo: Madras, 2010.

McGEE, Michael Calvin. In search of “the people”: A rhetorical alternative. *Quarterly Journal of Speech*, v. 61, p. 235-249, 1975.

\_\_\_\_\_. A materialist’s conception of rhetoric. In: McKERROW, Raymie (ed.). *Explorations in rhetoric: Essays in honor of Douglas Ehninger*. Glenview: Scott Foresman, 1982. p. 23-48.

\_\_\_\_\_. Text, context, and the fragmentation of contemporary culture. *Western Journal of Communication*, v. 54, p. 274-289, 1990.

---

McKERROW, Raymie E. Critical rhetoric: Theory and praxis. *Communication Monographs*, v. 56, p. 91–111, 1989.

\_\_\_\_\_. Critical rhetoric in a postmodern world. *Quarterly Journal of Speech*, v. 77, n. 1, p. 75-78, 1991.

\_\_\_\_\_. Critical Rhetoric and the Possibility of the Subject. In: ANGUS, Ian; LANGSDORF, Lenore. (ed.) *The Critical Turn. Rhetoric and Philosophy in Postmodern Discourse*. Carbondale, IL: Southern Illinois University Press, 1993. p. 51-67.

\_\_\_\_\_. Coloring outside the lines. *Southern Communication Journal*, v. 67, n. 3, p. 290-294, 2002.

\_\_\_\_\_. Critical Rhetoric. In: LITTELEJOHN, Stephen W.; FOSS, Karen A. *Encyclopedia of Communication Theory*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2009. p. 234-236.

\_\_\_\_\_. Research in Rhetoric: A Glance at our Recent Past, Present, and Potential Future. *Review of Communication*, v. 10, n. 3, p. 197-210, 2010.

\_\_\_\_\_. Raymie E. Principles of Rhetorical Democracy. *Rétor*, v. 2, n. 1, p. 94-113, 2012.

\_\_\_\_\_. “Research in Rhetoric” Revisited. *Quarterly Journal of Speech*, v. 101, n. 1, p. 151–161, February 2015.

McKERROW, R Raymie E.; St. JOHN, Jeffrey. Review Essay: The Public Intellectual and the Role(s) of Criticism. *Quarterly Journal of Speech*, v. 92, n. 3, p. 310-319, August 2006.

\_\_\_\_\_. Critical Rhetoric and Continual Critique. In: KUYPERS, Jim A. (ed.) *Rhetorical Criticism. Perspectives inAction*. Lanham, MD: Lexington Books, 2009. p. 321-339.

MORRIS III, Charles E. (Self-) Portrait of Prof. R.C.: A Retrospective. *Western Journal of Communication*, v. 74, n. 1, p. 4-42, 2010.

MOUFFE, Chantal. *The Democratic Paradox*. Londres: Verso, 2000.

OLSON, Lester C. Rhetorical Criticism and Theory: Rhetorical Questions, Theoretical Fundamentalism, and the Dissolution of Judgment. In: CHESEBRO, James W. (ed.) *A Century of Transformations: Studies in Honor of the 100h Anniversary of the Eastern Communication Association*. New York: Oxford University Press, 2010. p. 37-71.

ONO, Kent A.; SLOOP, John M. Commitment to telos - a sustained critical rhetoric. *Communication Monographs*, v. 59, n. 1, p. 48-60, 1992.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação – A Nova Retórica*. Trad. De Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1958].

SCOTT, Robert L. On viewing rhetoric as epistemic: Ten years later. *Central States Speech Journal*, v. 27, n. 4, p. 258-266, 1976.

SIMONS, Herbert W. Requirements, problems, and strategies: A theory of persuasion for social movements. *Quarterly Journal of Speech*, v. 56, p. 1-11, 1970.

---

VITALE, María Alejandra. Hacia una retórica crítica. In: MARTÍNEZ DE LA ESCALERA *et al.* *Convergencias teóricas*. Usos y alcances de la retórica. Homenaje a Helena Beristáin. Coyoacán: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015. p. 27-34.

WANDER, Phillip. The Third Persona: An Ideological Turn in Rhetorical Theory. *Central States Speech Journal*, v. 35, p. 197–216, 1984.

WARNICK, Barbara. *Critical Literacy in a Digital Era*. Technology, Rhetoric, and the Public Interest. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2002.

YOUNG, Iris M. Activist Challenges to Deliberative Democracy. In: FISKIN, J. S.; LASLETT, P. (eds.). *Debating deliberative democracy*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2003. p. 102-120

## THE SUPPORT OF RAYMIE MCKERROW'S CRITICAL RHETORIC TO ARGUMENTATION STUDIES

**ABSTRACT:** This article presents the characteristics of an American investigation field recognized as Critical Rhetoric, its organizing principles and the application of this perspective of academic work in the political and social sphere. Due to the brevity of this text, it was decided to explore the work of Raymie McKerrow, for being recognized as one of the founders of this field of studies and research. For this, through a bibliographic methodology and a reflective reading, the work was organized in three parts: 1<sup>st</sup>) a review of the ideas of some authors is provided, which provided bases for the constitution of Critical Rhetoric; 2<sup>nd</sup>) the constitutive principles of this new field of studies are presented; 3<sup>rd</sup>) the principles that constitute a rhetorical democracy are discussed, in order to provide a reflection on how to implement social practices within this critical perspective. This rhetorical approach has been expanded by researchers working around the world and has also received criticism at different points, which makes it even more productive.

**Keywords:** Rhetorical studies. Criticism. Critical Rhetoric.

Envio: janeiro/2020  
Aceito para publicação: maio/2020